

O BRASIL E O MERCADO MUNDIAL DE CAFÉ: INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

Pedro Geraldo Saadi Tosi (UNESP) pgtosi@uol.com.br

Rogério Naques Faleiros (UFES) rogerio.faleiros@ufes.br

RESUMO: Durante a primeira metade do século XX o Brasil respondeu, seguramente, por mais da metade da oferta mundial de café, registrando-se em alguns períodos proporções muito superiores à demanda, o que colocava o país no centro de qualquer estratégia comercial monopólica neste mercado em nível mundial. Tais estratégias passavam pelas políticas de valorização dos grãos, por toda a logística de embarques e de distribuição em nível mundial, bem como estimulava os demais países produtores à crescente concorrência com os demais países produtores, notadamente a Colômbia. Na outra ponta, os EUA respondiam por cerca de 70% do consumo mundial na década de 1940. O Objetivo deste artigo é apresentar a sistematização de dados acerca do comércio mundial de café na primeira metade do século XX. Destaca-se no conjunto de informações apresentadas os principais produtores de café no continente americano e no mundo, os principais portos de embarque no Brasil, bem como os principais destinos das sacas exportadas. A partir desse cenário, tecemos algumas considerações sobre o mercado cafeeiro entre 1911 e 1947, considerando as políticas de defesa adotadas pelo maior produtor como também o delicado cenário caracterizado por Grandes Guerras e Crise Econômica mundial de 1929-1934. Ao final, objetiva-se aprofundamento da análise acerca dos fluxos mercantis em escala mundial envolvendo a rubiácea, bem como dos meios de transporte mais utilizados nas cadeias logísticas envolvidas neste mercado (ferrovias e portos). Utilizamos como fonte o Anuário Estatístico para o ano de 1948, publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Brasil entre outras obras de apoio sobre as condições de comercialização do produto em escala mundial e trabalhos recentes, que trataram o tema, desenvolvidos em programas de pós-graduação.

Palavras-Chave: Café. Brasil. Estados Unidos. Colômbia. Mercado Mundial. Grandes Guerras. Crise Econômica.

ABSTRACT: During the first half of the twentieth century, Brazil was probably responsible for more than half of the world coffee supply, with much higher proportions than was demanded in some periods, which put the country at the center of any monopolistic commercial strategy in this market. World level. These strategies included grain valorization policies, worldwide shipping and distribution logistics, as well as increased competition with other producing countries, notably Colombia. At the other end, the USA accounted for about 70% of world consumption in the 1940s. The purpose of this paper is to present the systematization of data on world coffee trade in the first half of the twentieth century. It is worth mentioning the information presented by the main coffee producers in the American continent and in the world, the main ports of shipment in Brazil, as well as the main destinations of exported sacks. From this scenario, we made some considerations about the coffee market between 1911 and 1947, considering the defense policies adopted by the largest producer as well as the delicate scenario characterized by the Great Wars and the World Economic Crisis of 1929-1934. In the end, it is aimed deeper analysis on the worldwide mercantile flows involving *Rubiaceae*, as well as the most used means of transportation in the logistic chains involved in this market (railways and ports). We used as a source the Statistical Yearbook for the year 1948, published by the Secretary of Finance of the State of São Paulo, Brazil, among other support works on the conditions of commercialization of the product on a world scale and recent works that dealt with the theme, developed in Postgraduate programs

KEYWORDS: Coffee. Brazil. United States. Colombia. World Market. Great Wars. Economic Crisis.

1) Introdução:

Ao responder, durante a primeira metade do século XX, por mais da metade da oferta mundial de café, registrando-se em alguns períodos proporções muito superiores à demanda, o Brasil se colocou no centro de qualquer estratégia comercial monopólica neste mercado em nível mundial. Tais estratégias passavam pelas políticas de valorização dos grãos, por toda a logística de embarques e de distribuição em nível mundial, ao mesmo tempo em que o êxito dessas políticas estimulava a crescente concorrência com os demais países produtores, notadamente a Colômbia. Na outra ponta, os EUA respondiam por cerca de 70% do consumo mundial na década de 1940.

Embora os estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais comandassem a produção nacional em termos de volume, qualidade, logística e força política interna, outros estados também alcançavam alguma produção na primeira metade do século XX, embora, evidentemente, em volume muito menor.

Embora o café possa ser definido como uma *commodity*, verificamos um mercado bastante segmentado, envolvendo grãos de distintas qualidades e procedências, tornando o mercado cafeeiro um verdadeiro emaranhado de enigmas, *blends* e padrões de consumo. Isso se deve ao fato de a bebida ter se popularizado e, verdadeiramente, ter sido capaz “atravessar” as hierarquias sociais em diversas partes do mundo, sendo consumida desde as altas rodas de Manhattan até o chão da vida cotidiana em diversas partes do mundo, especialmente EUA, Europa e as demais Américas.

Inicialmente, até meados do século XIX, a bebida era apreciada nos bistrôs de Paris como posicionada sobremesa, entremeses, com o advento da II Revolução Industrial, passou a figurar recorrentemente na cesta de consumo dos trabalhadores das fábricas. Por isso, compreender o mercado cafeeiro em sua totalidade exige um acurado exame de procedências e domínio sobre as informações, ademais, envolve também o poder de construir e convencionar uma “qualidade”, dado que este fator envolve uma série de esforços empreendidas ao longo da cadeia de produção, distribuição e consumo, ou seja, esforços de: armazenamento, beneficiamento, estocagem, transporte, triagem – provas e composições de *blends*, procedimentos de torra, propaganda e estímulo a determinados paladares e preferências.

Em geral, no Brasil, os cafés do “oeste” paulista e do “sul” mineiro eram vistos como de melhor classificação, ordinariamente o “tipo 4”, ao passo que a produção da chamada “Zona da Mata” mineira, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo era classificada como “tipo 7”, as mais baixas da escala então utilizada.

É certo que as casas comissárias e os grandes exportadores consolidavam/destruíam reputações pelo mundo afora na constante disputa pelos mercados e na manutenção de determinados padrões de qualidade que envolvia o poder público num esforço de propaganda, de difusão técnica, de organização de *lobbies* e, não menos importante, de pesquisa científica. Em outra oportunidade demonstramos, por exemplo, a luta do estado do Espírito Santo na década de 1920 para “livrar-se” da classificação de seus grãos efetuada no Rio de Janeiro (FALEIROS, NUNES, 2016, p 174), o que envolveu: a pesquisa científica, o estabelecimento de uma Bolsa Oficial do Café naquele estado, a construção de um porto e de armazéns reguladores para controle da oferta.

Assim, embora ocupasse posição quase monopólica no mercado cafeeiro, a produção brasileira foi paulatinamente enfrentando a concorrência colombiana nos mercados de elevada qualidade, especializando-se numa faixa mais ordinária de consumo e manutenção dos patamares de produção. Isso não necessariamente implicava em menores lucros para os que operavam com os cafés brasileiros, dado o volume superior de negociações e ao fato de que cafés ordinários ou de qualidade inferior possuírem ampla aceitação nos mercados e na formação de estoques, dado o potencial de serem considerados bebida de base para a elaboração de *blends*.

Utilizaremos como fonte documental, além de bibliografia especializada sobre o tema, o já mencionado Anuário Estatístico do estado de São Paulo para o ano de 1948, onde diversas informações sobre volumes transacionados, preços, portos de embarque e desembarque foram organizadas.

2) Síntese das Intervenções brasileiras no mercado cafeeiro na primeira metade do século XX:

Em função da relativa inelasticidade-preço, típica do perfil de demanda do café, um elemento de fundamental observação neste mercado, dentro da periodização aqui tratada (1915-1947), o que, aliás, consiste em nosso critério de periodização: é o fato de que o setor cafeeiro operou sob seguidas intervenções caracterizadas por convênios entre o governo brasileiro (maior produtor) e o sistema bancário internacional articulados com os principais *players* deste negócio.

A primeira experiência de sustentação dos preços – defesa – ocorreu no âmbito do Convênio de Taubaté, empreendido pelo estado de São Paulo a partir de 1906, arquitetado internamente por Alexandre Siciliano e financiado por Edmund Sielcken, no

plano externo, no sentido de formação de consórcios que centralizassem e regulassem os estoques visíveis aos excedentes de produção, de modo que uma oferta aparente decorrente dessa centralização forçasse a alta dos preços¹. A arrematação, pelo estado de São Paulo, da custódia dos cafés estocados em diversos portos estadunidenses e europeus e o seu transporte e estocagem, em apenas duas grandes praças de redistribuição, praticamente colocava a produção nacional à mercê de casas comissárias ligadas a poucos importadores de grosso calibre, localizados principalmente em Nova Iorque e Hamburgo, cujos ganhos variáveis, significavam, sobretudo, forçar o aumento de preço para torradores e consumidores finais deste bem no mercado norte-americano e europeu. Ao mesmo tempo em que, para os envolvidos na cadeia produtiva do café, ficava subentendida, então, garantia de preços que remunerassem todas as instâncias envolvidas mesmo em períodos de produção excedentária.

Uma segunda experiência foi a defesa elaborada entre 1917-18. Segundo Delfim Netto, a intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude da safra 1917/18, que se apresentava relativamente volumosa, atingindo 15 milhões de sacas, quando o consumo, por causa da 1ª Guerra Mundial havia caído abaixo deste nível. Os mecanismos de defesa foram facilitados pela geada de 1918, que reduziu a produtividade dos cafeeiros tornando a oferta brasileira muito inferior à normal. Nessas circunstâncias, era inteiramente natural que a procura, principalmente dos especuladores, se precipitasse, o que elevou os preços do Rio 7 de 10,7 centavos/libra peso para 17,3 em dezembro do mesmo ano, que, depois de uma ligeira baixa, atingiu 22,8 centavos/libra peso em julho de 1919 (NETTO, 1979, 70). “O que se pode dizer desta situação é que o estado de São Paulo, comprando café (compras efetuadas por emissões de papel-moeda), impediu que os preços em moeda nacional caíssem a níveis ainda mais baixos e que, agindo como agiria um especulador normal, usufruiu os benefícios de um movimento favorável de mercado²”. Embora o autor possua positiva avaliação dos resultados das intervenções no mercado cafeeiro realizadas antes de 1920,

¹ Juntamente com bancos alemães e britânicos comerciantes de café, Sielcken organizou a compra de café em Santos a um preço médio de sete centavos de Libra, bancando 80% deste valor e cabendo 20% ao governo de São Paulo (avalizado pela União a partir de 1907). Com alguns ajustes, o plano já havia sido vislumbrado por Alexandre Siciliano, em 1903. (PENDERGRAST, 2002, 101). (SAES, 1997, 59).

² A saca de café atingiu o preço de 47\$390 em 1918, 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920. Além da diminuição da oferta e aumento da procura, a ascensão dos preços se explica pela grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e a pressão inflacionária interna, dado o aumento das emissões. Cf: (DELFIN NETTO, 1979, 72).

ressalta que a ausência de restrições à oferta paulatinamente solapava a racionalidade desta ação³.

Já a valorização de 1921-24 contava com dois aspectos inversamente colocados no programa de valorização anterior; agora a inflação mundial liquidou-se numa crise de importantes proporções e o volume de produção apresentou-se acrescido. Ainda segundo Delfim Netto a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos foi curta e severa. A crise se agravou ainda mais quando o *Federal Reserve* reduziu o crédito habitual fornecido às grandes casas importadoras. Assim, era justamente a queda do preço o fator que caracterizava esta crise e prontamente a intervenção federal se fez presente, sobretudo por dois fatores: o sucesso das intervenções anteriores e a doutrina que consagrava o café como um problema nacional.

Utilizando-se como garantia o café adquirido, levantou-se um empréstimo externo de nove milhões de libras esterlinas em 1921 cuja finalidade era a paulatina liquidação dos estoques. Mais uma vez as condições de produção auxiliaram uma liquidação bem-sucedida da operação, pois as safras de 1921/22 e 1922/23 foram das menores de que se tinha notícia desde o começo do século, e o estoque mundial do produto que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919, caiu para 5,3 milhões no mesmo mês de 1923.

O ano de 1924 constitui marco estratégico na política nacional de defesa do café. No plano federal, por indicação da Missão *Montagu*⁴, adotou-se uma política monetária extremamente restritiva cujo objetivo era a valorização cambial simultaneamente à renúncia à responsabilidade pela gestão do programa de defesa permanente da produção nacional estabelecido, como vimos, em 1922, e que onerava sobremaneira a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. A simultaneidade destas ações indica, na perspectiva

³ Ainda que a queda dos preços se manifestasse, os cafeicultores, dentro de uma racionalidade específica a esta atividade, insistiam em novos plantios, mantendo a fronteira agrícola em constante movimento. Tal racionalidade deriva de três fatores: i) da compensação da queda de produtividade nas lavouras mais antigas com novos plantios nas zonas de expansão, ii) em parte pelo próprio movimento dos preços internacionais, iii) da própria manutenção e coesão da força de trabalho disponível às fazendas, sempre ávida por novas lavouras com vistas à ampliação de seu acesso a terra, de modo que os mecanismos de rebaixamento dos salários monetários dos trabalhadores do café persistiram no tempo e no espaço. (FALEIROS, 2010, 463).

⁴ Tratava-se de uma missão de peritos financeiros liderada por Edwin Samuel Montagu, cujo objetivo principal era promover um estudo sobre a situação financeira e fiscal do Brasil com vistas a avaliar (ou não) um empréstimo pretendido junto aos Rothschild. Além de Montagu, compunham a missão Charles Addis, Diretor do Banco da Inglaterra e Presidente do Hong Kong and Shanghai Bank, Lord Lovat, homem com vultosos interesses em terras e plantações de algodão, Hartley Withers, antigo editor de *The Economist* e Sir Willian McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria. Sir Henry Lynch, representante permanente dos Rothschild no Rio de Janeiro, também acompanharia a Missão. Cf: (FRITSCH, 1980, 723).

do governo federal liderado pelo mineiro Arthur Bernardes, o primado dos objetivos de revalorização-estabilização cambial sobre a política sustentação dos preços, deixando-a a cabo dos governos estaduais. Em verdade, a participação do governo federal na defesa do café, doravante, se daria pela manutenção de finanças equilibradas e de uma taxa de câmbio valorizada e confiável, o que seria fundamental para o financiamento das defesas estaduais todas elas amparadas em recursos externos.

Pela Lei 2.004 de 19 de dezembro de 1924 o estado de São Paulo assumiu, permanentemente e não esporadicamente como nas vezes anteriores, o mecanismo de defesa do café, criando-se o Instituto Paulista de Defesa do Café, que se encarregou da execução de um vasto plano de defesa que se apoiaria na: i) regularização das entradas de café no Porto de Santos; ii) na realização de empréstimos a juros “módicos”; iii) na compra de café sempre que isso fosse julgado necessário para a regularização da oferta. Previa a mesma lei a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola, o que de fato não ocorreu, já que o capital do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo teve o seu capital aumentado em vinte mil contos de réis e passou a chamar-se Banco do Estado de São Paulo (1926), sendo este o banco responsável pela sustentação do sistema de “warrantagem”: fornecimento de empréstimos para os produtores de até 60\$000 por saca retida nos armazéns reguladores.

O Fundo de capital do Instituto (o fundo da defesa permanente) foi composto pelos recursos advindos de um empréstimo de 10 milhões de Libras Esterlinas junto ao Banco *Lazard Brothers*, tendo-se como garantia uma taxa de viação de 1\$000 ouro sobre cada saca de café transportada no estado e o próprio governo paulista para efeitos de garantia colateral. O Instituto de Café do Estado de São Paulo, assim chamado a partir de 1926, celebrou convênios com os demais estados produtores com vistas à ampliação, também nestas unidades da federação, da defesa do café, o que passava pelo estabelecimento da taxa de viação, pela propaganda e pela melhoria técnica da produção⁵.

⁵ Conforme salientaram A. G. Kenwood e A. L. Loughheed vários países especializados na produção de produtos primários colocaram em prática algum tipo de intervenção nos mercados visando defender-se de variações de preços no período em tela, caracterizado por instabilidades e pela derrocada final do Padrão Ouro: *“A la par que se producían variaciones importantes en los movimientos de los precios de todos los artículos, de los cuales algunos subían y otros bajaban o permanecían estacionarios, la caída fue casi general en las materias primas, aunque, en el caso de ciertos alimentos, como el azúcar y el trigo, los precios descendieron también fuertemente. Pero incluso cuando sobrevenían caídas importantes, los precios no reflejaban los cambios que verdaderamente se habían producido en las condiciones del mercado, puesto que la venta de tales productos primarios estaba sometida a las condiciones monopolísticas, a merced de las cuales los precios eran a menudo más altos que si se hubieran formado en condiciones de currencia perfecta. De ahí la existencia de planes de control de precios, durante*

Em novembro de 1925 ocorreu o primeiro convênio entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, com vistas a regularizar os embarques de café nas várias estradas de ferro comuns a estes estados, e já em maio de 1927 ocorreu o chamado segundo convênio, agora se ampliando o acordo com a participação do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e firmando-se o compromisso da defesa conjunta. Nos termos deste acordo, o controle das entradas seria estendido a todos os portos, fixando-se o estoque máximo e a participação de produção de cada estado. A ideia era permitir a remessa para o porto de acordo com as exportações do mês anterior sendo que as entradas diárias em cada um deles, no mês corrente, eram fixadas dividindo-se por 25 o volume exportado no mês anterior (Delfim Netto, 1979, 94). Neste convênio, em termos de participação nas cotas de café em nos portos de exportação, foi definido que:

Grosso modo, a chamada Defesa Permanente, com pequenos ajustes e conflitos federativos crescentes (FALEIROS & NUNES, 2016, 165-66), vigorou até a crise. Em 1929 o preço da saca de café ficou muito suscetível a uma pressão baixista, dada a espetacular florada dos cafezais brasileiros, que anunciavam uma gigantesca produtividade para o ano agrícola de 1928-29. Os preços foram sustentados, porém, com a violenta crise os bancos americanos restringiram a concessão de crédito e reduziram suas operações sobre café, procurando elevar sua liquidez. Com a recusa do Banco do Brasil em financiar as compras, a situação tornou-se insustentável e o preço do café Santos tipo 4 caiu de 22,4 centavos por libra peso em setembro para 15,2 em dezembro e 14,1 no primeiro semestre de 1930 e 12,0 no segundo semestre do mesmo ano (NETTO, 1979, 97).

A aposta de Washington Luiz, então presidente brasileiro, pautou-se por uma drástica mudança de posição. Até então ardoroso defensor da defesa, ele temia que uma estrondosa desvalorização da moeda prejudicasse seus interesses políticos num ano de eleições, e, confiando que uma baixa dos preços pudesse provocar uma grande expansão da exportação, aumentando-se assim a receita de cambiais, o que salvaria o trabalho de quatro anos em cima da estabilização cambial, abandonou o Instituto do Café (visão não totalmente descabida, pois em outras circunstâncias provavelmente isso ocorreria, já que os operadores procurariam refazer estoques para enfrentar posteriormente o mecanismo de defesa). O “erro” desta aposta estava numa clara subestimação da crise.

Entre 1931 e 1933, conforme destacou Macchione Saes, tem-se um período de transição na condução da política cafeeira. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), que em 1933 foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda. O objetivo básico das políticas, nesse período, era a redução da oferta de café, que foi obtida, principalmente, por meio de cotas de exportação, para a retenção e sacrifício, e até 1937 a política cafeeira continuou desempenhando um importante papel na sustentação deste setor, retirando os excedentes do mercado e promovendo o “Reajustamento Econômico⁶”. Entretanto houve, por parte do Estado, um esforço inequívoco para limitar sua participação. Ainda com Macchione Saes, “em fins de 1937, a pressão praticamente unânime do setor privado cafeeiro, aliada à escassez de divisas, forçou a reorientação da política cafeeira. Abandonou-se parcialmente a sustentação de preços, adotando um *dumping* internacional do café, na tentativa de obrigar os concorrentes a negociar um acordo internacional (SAES, 1999, 72)”.

A partir de 1937 não seria concedido nenhum estímulo ao setor cafeeiro além do indispensável para impedir sua ruína e defender a capacidade para importar que, mesmo estagnada, era a única garantia de possibilidade de continuidade do processo de industrialização, como veremos abaixo. Neste período, dados os altos estoques do produto, os preços internacionais do café não reagiram, permanecendo em torno de 8 centavos por libra-peso, 60% abaixo do preço de 1929 (AURELIANO, 1999, 135).

As sempre desanimadoras receitas de exportação do café e as dificuldades cambiais que se verificavam levaram o governo brasileiro a tentar a todo custo a diversificação de exportações e de mercados. A orientação era de reduzir ao mínimo a sustentação do café, concepção que atinge seu auge em 1937, quando se estabeleceu a chamada “política de concorrência”. A ideia era deixar o café chegar normalmente aos portos de embarque livre de impostos, e, como consequência, em 1938 os preços caíram em torno de 25% e houve um aumento de 40% nas exportações (certamente em função do aumento dos estoques internacionais, aproveitando-se da queda dos preços). Mas a deflagração da Segunda Guerra Mundial, com o fechamento dos mercados europeus, trouxe novas dificuldades à cafeicultura.

⁶ “A lei do Reajustamento Econômico foi promulgada por Vargas em 1º de dezembro de 1933 decretando a redução em 50% das dívidas de agricultores contraídas até 30 de junho de 1933. Para indenizar os credores, ficava o Ministério da Fazenda autorizado a emitir até o limite de 500.000 contos de réis em apólices do governo, a juros de 6% anuais. As apólices seriam resgatáveis dentro do prazo de trinta anos, com juros pagos semestralmente, em junho e dezembro de cada ano”.

De 1931 a 1944 cerca de 78 milhões de sacas de café tinham sido destruídas (SAES, 1999, 72), verificando-se relativa subprodução; em 1944 o Departamento Nacional do Café já sofria claras pressões no sentido de sua extinção, o que ocorre derradeiramente em 1946. A partir de 1941, os Estados Unidos passaram a responder por cerca de 90% das exportações brasileiras, caindo pra 75% após o final da Guerra⁷. Também em 1941 Roosevelt ratificou o Acordo Interamericano do Café, estabelecendo cotas de exportação para o típico monopsonio americano durante a Guerra. Em 1946 as cotas caíram em desuso com o fim dos controles sobre o mercado cafeeiro. (CPDOC, Mimeo, s/d).

É neste contexto de políticas de intervenção ocorridas pelo lado do maior ofertante (Brasil) que descreveremos agora os principais fluxos de comércio do café em escala mundial. Esta reconstituição fez-se necessária pelo fato de que entre 1915 e 1947 o Brasil produziu, com folga, mais de 60% do café das Américas embarcado nos portos mundiais (exclusive 1937 e 1944). (ANUÁRIO, 1948, 137), salientando que este continente, no período, respondia, em média, a 94% da oferta mundial. O conjunto de produtores americanos inclui, além do Brasil e da Colômbia, a Venezuela, Guatemala, El Salvador, Haiti, México, Costa Rica, Equador, Cuba, Honduras, Peru, Nicarágua e Rep. Dominicana.

3) *Habemus* Colômbia:

Como segundo maior produtor de café do mundo, a dinâmica colombiana⁸ segue muito proximamente aquela ocorrida no maior produtor. Segundo Pérez Toro no período compreendido entre 1910 e 1928 o café colombiano mostrou forte recuperação do nível de preços de 10 para 28 centavos de dólar americano por libra esterlina (PÉREZ TORO, 2013, 351). Ainda com o autor, com esta renda o país pode formular e

⁷ ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p.88.

⁸ A Colômbia surgiu na segunda metade do século XIX como um país cafeeiro importante, coincidindo com uma fase de desequilíbrio crescente no mercado mundial do café. Esta expansão cafeeira foi também um processo de migração da fronteira cafeeira ao interior do país, sendo as principais regiões produtoras a Cundinamarca, Norte de Santander, Santander, Antioquia (incluindo Caldas) e Valle do Cauca. No início do século XX a produção colombiana foi duramente atingida pela Guerra dos Mil Dias, sobretudo em Cundinamarca e Santander, passado a ser a Antioquia, Caldas e Manizales os principais centros cafeeiros do país. Cf: (OCAMPO, 465, 1983).

implementar políticas de ampliação da malha ferroviária⁹, integração das regiões produtoras e a promoção da diversificação produtiva. Entre 1903 e 1929 as exportações colombianas de café se ampliaram de 500 mil a três milhões de sacas e os ingressos do comércio internacional se ampliaram de oitocentos mil dólares para oitenta e quatro milhões anuais. É justamente na década de 1920 que a Colômbia ultrapassou as exportações da soma dos demais produtores americanos (exclusive Brasil). Com este incremento, a produção mundial chegou a vinte e nove milhões de sacas ao final dos anos vinte.

Segundo Delfim Netto, após o Convênio de Taubaté, a sustentação dos preços internacionais deu maior segurança à expansão colombiana, agindo a defesa de 1917-18, a de 1921 e a defesa permanente no mesmo sentido. Ao final da década de 1920, quase a totalidade da produção daquele país era direcionada aos EUA. (DELFIM NETTO, 1979, 120). Sobre tudo com a Defesa permanente, o Brasil (ou os financistas que sustentavam a Defesa, exclusivamente europeus) promoveu um ajustamento entre a oferta e a procura mundial, levando os importadores americanos a buscar quantidades crescentes de café na Colômbia, contexto no qual aquele país expandiu consideravelmente sua produção. “O que nunca os defensores da defesa compreenderam foi o fato de que a sustentação dos preços representava um estímulo fabuloso e um mercado inteiramente aberto para os concorrentes do Brasil; em 1922-23, a Colômbia exportou, em média, cerca de 1,8 milhão de sacas e, em 1928-29, nada menos do que 2,7 milhões”. (DELFIM NETTO, 1979, 121).

Adicionalmente ao preciso diagnóstico de Delfim, soma-se a expansão da fronteira agrícola após a Guerra dos Mil Dias, os massivos investimentos americanos na infraestrutura colombiana¹⁰ (sobretudo em transportes) advindos de investimentos diretos dos EUA (cerca de 88,2 milhões de dólares anuais entre 1920 e 1928) e das indenizações do Canal do Panamá, assim como o próprio aumento do consumo mundial e de sua segmentação em busca de “qualidade” para paladares superiores. Há também que se considerar uma ampliada condição da cafeicultura colombiana de resistir às

⁹ É o caso das novas linhas de transporte ferroviário, dos cabos aéreos em Caldas que iam de Manizales a Mariquita, os portos nos Rios Magdalena e Cauca e o estabelecimento da navegação a vapor. (PÉREZ TORO, 2013, 352).

¹⁰ De um total de 25 milhões de dólares ingressados a título de indenizações, 3,2 milhões foram investidos na Línea Puerto Wilches-Bucaramanga; 2,4 milhões na Ferrocarril de Nariño (Tumaco-Pasto); 2,0 milhões no Ferrocarril Del Carare; 3,2 milhões para Ferrocarril del Norte; 4,6 milhões para Ferrocarril Del Pacífico (Buenaventura-Cali); 1,2 milhão para Ferrocarril de Antioquia; 0,8 milhão para Ferrocarril Caldas; 2,0 milhões para Ferrocarril Bolívar; 0,6 milhão para Ferrocarril del Sur; e mais cinco milhões de dólares de aporte para financiamento do Bando de la República. (Pérez Toro, 2013, 55).

baixas de preços e às crises, dado que, por ser praticada em unidades produtivas de dimensões inferiores às brasileiras, facilitava o esforço de conversão/reconversão de culturas e de força de trabalho, como também pelo fato de que operavam com custos fixos reduzidos.

Na década de 1930, a *Federación Nacional de Cafeteros de Colombia*, fundada em 1927, procurou construir armazéns reguladores e contribuiu com a organização da “*Caja de Crédito Agrário*” para financiar a produção e segurar as vendas. O objetivo era defender o preço do *Manizales* um contexto de quedas bruscas mesmo para os cafés de maior qualidade. Aproveitando o “*derrumbre*” do padrão ouro nos anos 30 e as circunstâncias da Guerra com o Peru em 1934, o governo colombiano empreendeu uma política de caráter heterodoxo, permitindo a desvalorização da moeda e aumentando as taxas de exportação, o que permitiu investimentos nas regiões cafeeiras mais deprimidas (Antioquia, Cundinamarca) mantendo os ingressos nominais em moeda nacional frente às quedas de preço internacionais (PÉREZ TORO, 2013, 353).

As décadas de 1930 e 1940 inauguraram um novo paradigma para a cafeicultura colombiana caracterizada pelas intervenções (defesas) e por sua participação nos acordos internacionais do café, em detrimento da política de matriz concorrencial típica dos anos 20. A rigor, a mudança de trajetória liga-se diretamente à brutal mudança dos fluxos de capitais norte-americanos, que inverteram os seus vetores a partir da crise de 1929 e da grande depressão, evidenciando a estratégia estadunidense de combate à defesa brasileira e seus apoiadores europeus (Lazard Brothers, Ítalo-Belga e outros bancos envolvidos com o financiamento da defesa permanente nos estados brasileiros produtores de café, notadamente São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). (FALEIROS & NUNES, 2016, 169).

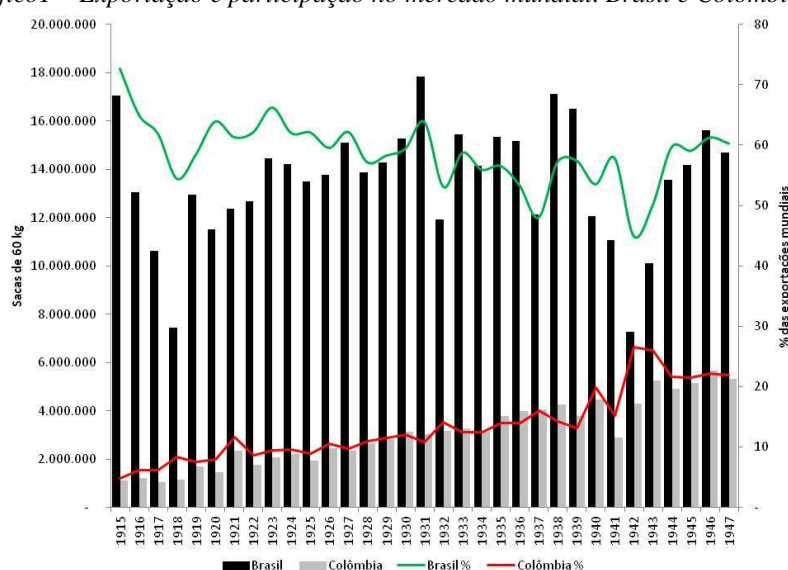
Com o aporte americano em infraestrutura e certa facilidade para entrada no mercado americano, tentando furar o esquema Brasil-Europa, a produção colombiana cresceu significativamente após a Primeira Guerra Mundial: em 1920 este país exportou 1,4 milhão de sacas e em 1930 3,1 milhões, ao passo que o Brasil subiu de 11,5 para 15,2 milhões no mesmo período. A rigor, as exportações colombianas foram sempre crescentes no período de 1915 a 1947, salvo em alguns anos da Segunda Guerra, ao passo que as exportações brasileiras apresentaram maiores flutuações cíclicas e a um custo de estocagem crescente, em função das defesas implementadas que puxaram todo o mercado. Exemplo é a *débâcle* da crise de 1929, momento no qual as exportações

brasileiras caíram de 18 para 11 milhões de sacas entre 1931-32, ao passo que as exportações colombianas cresceram neste agudo momento da grande depressão.

Há elementos importantes a serem destacados neste momento da análise: i) os cafés mais bem classificados, em geral, apresentam menor flutuação cíclica, pois são os últimos a cair de preço em momentos de crise e os primeiros a se recuperar. Isso se explica pelo fato de que o segmento da sociedade no qual são consumidos (elite e classes médias altas) são menos suscetíveis a choques de renda que os levem a alterar significativamente seu padrão de consumo; ii) para além desta característica, temos que considerar também que grãos de maior qualidade, em *blends*, melhoram estoques ruins ou ordinários, como o Tipo 4 (Santos), garantindo assim a sua constante colocação no mercado, sem portanto prioritários na composição dos estoques; iii) A defesa brasileira, sobretudo a permanente, a partir de 1924, obstruía com maior veemência os grãos de pior classificação, dado que exerciam forte pressão sobre a produção brasileira, abrindo espaço ainda maior para o café colombiano de pior qualidade, comercializado sem nenhuma peia. Como resultado, no período considerado a participação brasileira nas exportações mundiais caiu de cerca de 70% para 60% entre 1915 e 1947, enquanto as colombianas cresceram de 9,7% para 22%.

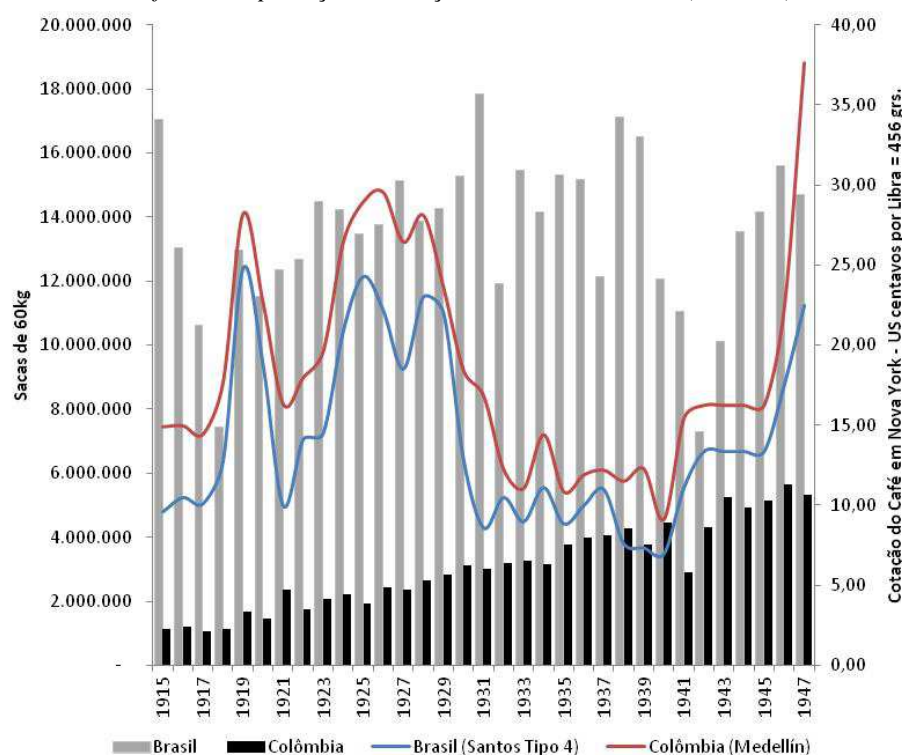
Como podemos observar nos gráficos abaixo, durante o período considerado, embora o volume exportado pelo Brasil fosse muito superior ao colombiano, este sempre alcançou melhores cotações na Bolsa de Nova York, corroborando as ideias acima expostas:

Gráfico1 – Exportação e participação no mercado mundial. Brasil e Colômbia (1915-47)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 168-70.

Gráfico2 - Exportação e Cotação. Brasil e Colômbia (1915-47)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 168-70.

Após os “sísmicos e hegemônicos” abalos da Primeira Guerra, onde podemos ver a reação dos preços em 1918-19 a partir da intervenção brasileira no mercado, vemos uma tendência de expansão das exportações brasileiras e colombianas na década de vinte. Observam-se claramente os efeitos da Defesa Permanente Brasileira na elevação do patamar de preço entre 1924-29, puxando os demais produtores, no caso, a Colômbia. Torna-se claro também, pela observação do gráfico, a depressão dos preços durante toda a década de trinta, e sua recuperação no âmbito do Acordo Interamericano do Café, e a vigorosa alta dos preços em fins da Segunda Guerra Mundial num contexto de subprodução (efeito do Departamento Nacional do Café – Brasil, como visto acima).

Pelo lado da demanda, esta se explica quase que exclusivamente pelo mercado norte americano. Mark Pendergrast explica o aumento do consumo de café no conjunto da sociedade estadunidense por vários fatores, um deles seria a própria Lei Seca a partir da qual muitos consumidores de estimulantes alcoólicos, que raramente bebiam café, passaram a consumi-lo com certa regularidade nas nascentes cafeterias das grandes cidades na década de vinte. Alice Foote MacDougall (Nova York), *Hills Brothers* (propagados a partir da Califórnia) expandiram o hábito do luxuoso consumo de cafés

colombianos e da América Central na *Era do Jazz*, enquanto a A&P, de John Hartford, investira na venda direta aos consumidores (PENDERGRAST, 2002, 168-72).

Há também o crescente esforço de propaganda, a famosa campanha da N.W. Ayer, financiada pelo governo brasileiro e por atacadistas americanos o filme *The Gift of Heaven*, que mostrava o cultivo e o consumo de café, sendo projetado em mais de duzentas salas de cinema em todo o país, com distribuição nas escolas secundárias (PENDERGRAST, 2002, 162-3). No âmbito da ciência, o renomado Samuel C. Prescott, do MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) foi contratado por “cafelistas” para pesquisar os efeitos do café sobre a saúde, concluindo tratar-se de “bebida digna de confiança e apreciável, reforçando as energias e melhorando a resistência”. As conclusões de Prescott foram publicadas e lidas em jornais por mais de quinze milhões de pessoas (PENDERGRAST, 2002, 164)

Entrementes, nenhuma destas explicações é mais poderosa do que a crescente urbanização da vida derivada do avanço da industrialização nos “*Roaring Twenties*”: a necessidade de estimulantes para garantir a atenção necessária ao repetitivo e mecânico esforço laboral no âmbito do fordismo em jornadas de trabalho cada vez mais extensas.

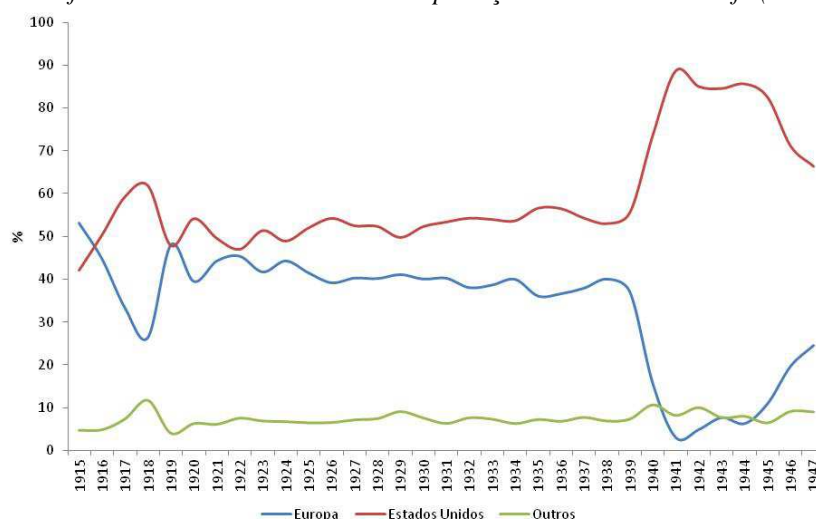
4) Produção Brasileira e seus destinos:

No período em tela, em função dos desdobramentos dos esforços acima citados e da Primeira Guerra Mundial, podemos observar no gráfico abaixo o predomínio dos EUA como principal destino das exportações brasileiras. É fato que a Europa continuou sendo um destino de destaque dos embarques, verificando-se abrupta queda no contexto da débâcle mundial de 1939 a 45. Os demais importadores das sacas brasileiras respondiam por cerca de 10% dos embarques.

A paulatina redução da participação europeia nas exportações brasileiras nas décadas de vinte e trinta está ligada às dificuldades econômicas relacionadas à Primeira Guerra Mundial e às reparações de guerra impostas em Versalhes (derrubando abruptamente as importações alemãs), à crise do Padrão Ouro em função de fluxos de capitais desestabilizadores e correlatos desequilíbrios orçamentários e instabilidades cambiais, problemas de integração e retomada de crescimento dos mercados e economias europeias e aos próprios efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão. Autores como Barry Eichengreen (2002), J.M. Keynes (2002), Kindleberg (1985), MacNeil (1986), Arthmar (2002) e Mazzucchelli (2009), que sob diferentes prismas analisaram o período em tela, são unânimes em afirmar que a posição americana (na

economia e na política) dificultou a recuperação do velho continente ao não criar condições de maior coordenação na economia mundial, sobretudo em seus fluxos comerciais e financeiros, retardando sobremaneira o ritmo de recuperação das economias europeias. O grande diferencial de reservas em ouro, de produtividade industrial e agrícola, o protecionismo, os fluxos de capitais privados¹¹ e o primado do mercado interno sobre o comércio internacional constituem elementos de uma postura nada favorável aos interesses europeus naquele momento: “o isolamento dos Estados Unidos em relação aos problemas mundiais no Entre Guerras era somente a imagem da sua inabalável segurança em continuar progredindo com base nas suas próprias forças sem a menor ameaça externa aos seus interesses nacionais”. (ARTHMAR, 2002,115).

Gráfico 3 – Destinos mundiais das Exportações Brasileiras de Café (1915-47).



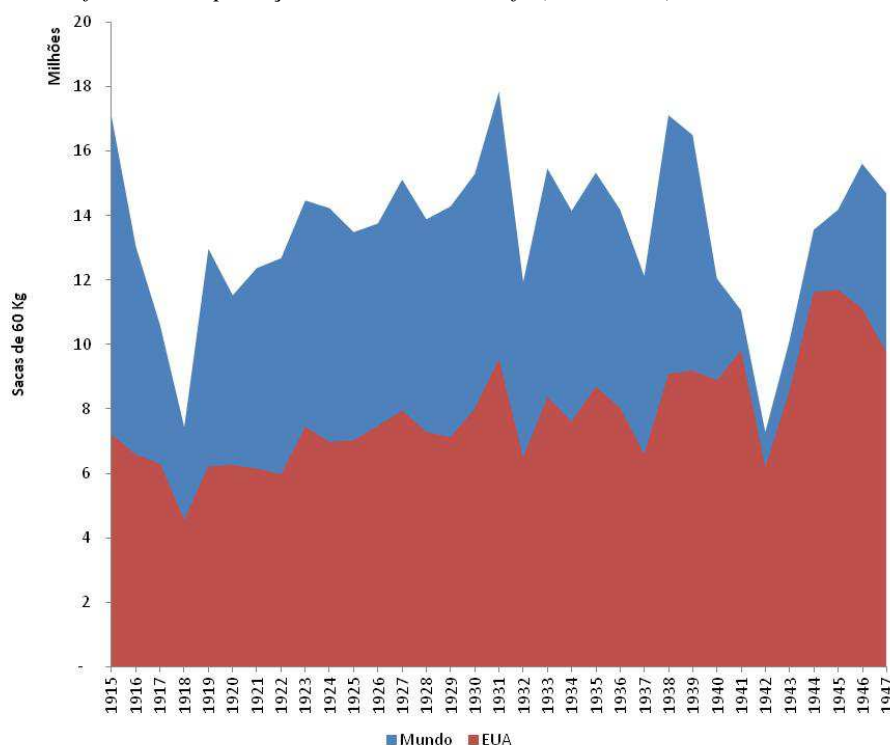
ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 88-98.

Os rebatimentos deste contexto no mercado mundial de café podem ser vistos abaixo. Observando a mesma informação do gráfico anterior, mas agora no que se refere às sacas exportadas pelo Brasil, podemos perceber como a dinâmica mundial pela *rubiácea* torna-se reflexa da demanda americana até sucumbir totalmente a ela em 1941,

¹¹ “Não levou muito tempo para que os arquitetos do novo padrão ouro [década de 1920] concluíssem que ele não estava funcionando conforme planejado. Alguns países passaram a registrar persistentes déficits em seus balanços de pagamentos, assim perdendo suas reservas de ouro e divisas estrangeiras. Com exceção de um pequeno superávit em 1928, a Grã-Bretanha registrou um déficit generalizado em todos os anos no período de 1927 a 1931. Outros países desfrutaram de persistentes superávits e entradas de reservas. O balanço de pagamentos francês (...) registrou superávits em todos os anos no período de 1927 a 1931. Os Estados Unidos registraram superávits na maior parte da década de 1920. O mecanismo de ajuste que supostamente eliminaria os superávits e déficits e restauraria o equilíbrio nas contas internacionais parecia funcionar inadequadamente. E não era possível confiar nos fluxos de capital estabilizadores que, no passado, haviam financiado os déficits em *conta corrente* dos países industrializados” (EICHENGREEN, 2000, 103).

em função da Segunda Guerra e do Acordo Interamericano de Café, respondendo os EUA por cerca de 90% das exportações do maior produtor (em que pese o fato de que as exportações brasileiras tenham se reduzido em cerca de seis milhões de sacas entre 1938, o início da guerra, e 1941). Evidentemente, trata-se de ano atípico em função da destruição de certos circuitos comerciais causados pela Guerra, e aos poucos a Europa vai recuperando sua participação no mercado mundial, que se estabiliza em torno de 30% já em inícios dos anos cinquenta.

Gráfico 04 – Exportações Brasileiras de Café (1915-1947). EUA e Mundo



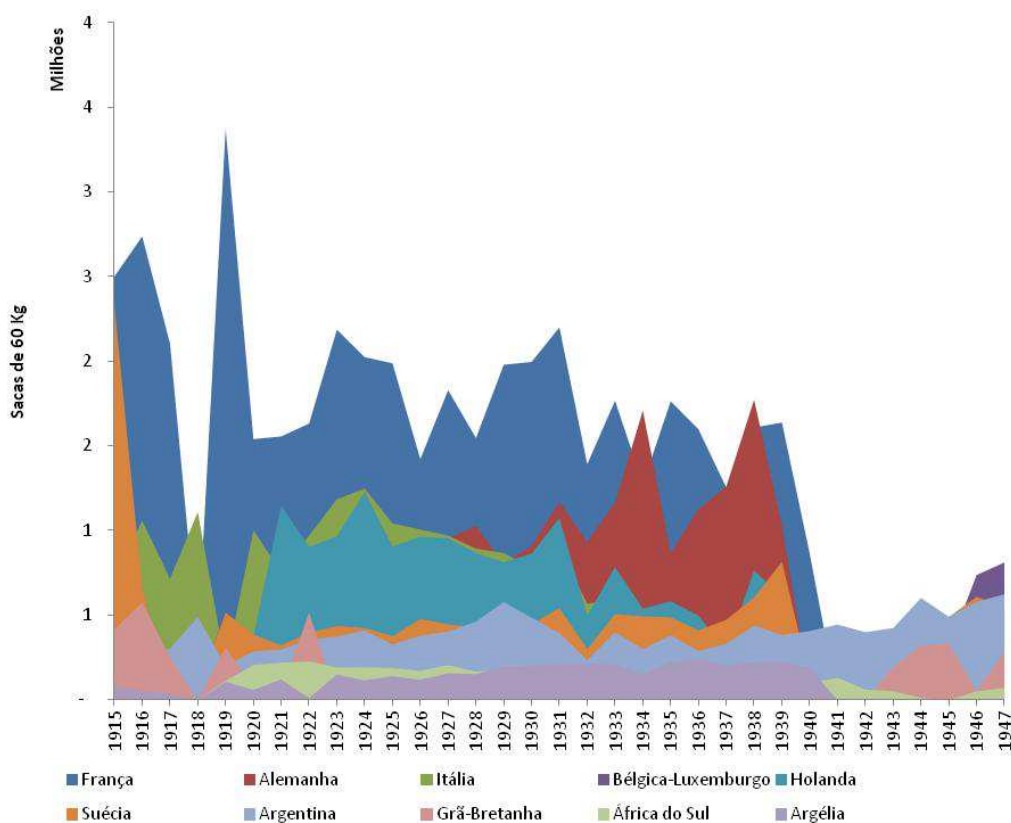
ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 88-98.

Abaixo podemos visualizar, por países selecionados (exclusive EUA), o movimento de exportação da produção brasileira. O escopo era deveras superior ao colombiano, direcionado massivamente ao gigante do norte, abrangendo praticamente todos os continentes. Chama a atenção, neste gráfico, a drástica redução no contexto das guerras (no que se refere aos países europeus). A preponderância da França como destino das exportações brasileiras no velho continente é notória, contudo o mercado alemão, restaurado a partir do Plano Dawes em 1924, recupera a importância verificada no cenário anterior à Primeira Guerra, momento auge das operações da Theodor Wille & Co. nos portos de Hamburgo e Bremen. Itália, Holanda, Bélgica-Luxemburgo

compunham também mercados significativos, contudo revelando trajetórias erráticas em função das mazelas que afligiam a Europa.

Interessante notar, novamente, a abrupta redução nas importações daquele continente a partir de 1940, ou, que em função do Acordo Interamericano do Café as sacas estivessem sendo reexportadas a partir de Atacadistas americanos, dada a desarticulação comercial verificada.

Gráfico 05 – Exportações Brasileiras de Café (1915-1947). Países Seleccionados



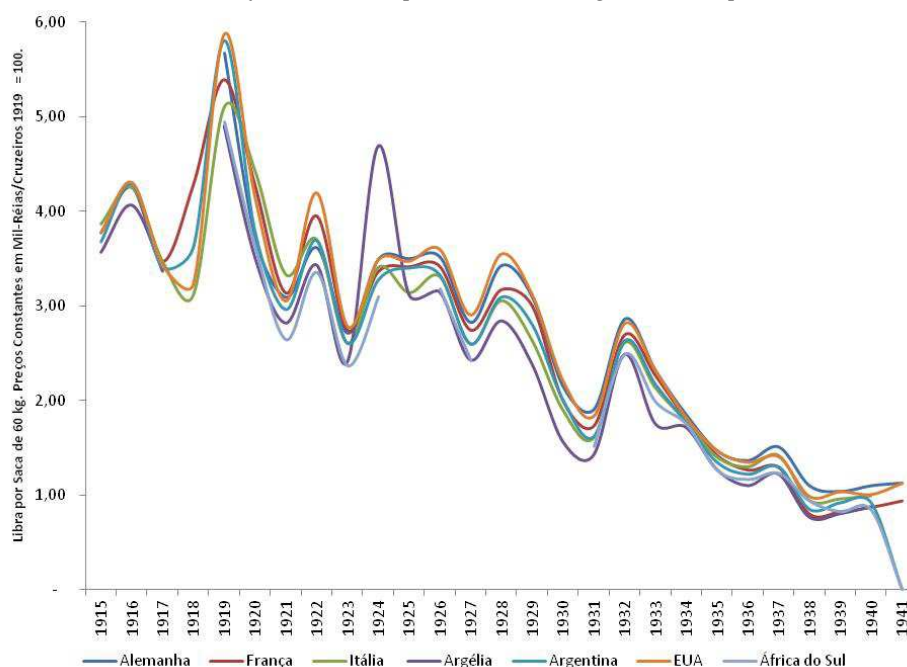
ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 88-98.

Percebemos acima claramente a derrocada das importações de café brasileiro na Primeira Guerra, o pico em 1919 para a recomposição dos estoques do Havre (França), e a retomada alemã, intensificada na década de 1930 com os acordos bilaterais. Estes países, ao lado da Itália, Holanda e EUA (evidentemente) eram os maiores destinos da produção brasileira. Interessante notar que embora a variação em termos de sacas importadas seja considerável, a coordenação dos preços é notável a partir das defesas brasileiras.

Temos abaixo um gráfico indicando em Libras, a preços constantes de 1919, e, os valores das sacas de 60 kg (Santos Tipo 4) exportadas pelo Brasil. Embora flutuantes

em função da demanda e das condições econômicas e cambiais, mas, sobretudo dos estoques, leia-se intervenções governamentais, os preços indicam grande coordenação entre os diferentes importadores, o que nos permite inferir com certa segurança que a posição “quase” monopólica do país e seu peso no mercado serviam como parâmetro para a formação de preços em geral (vide gráfico número dois). O ponto da argumentação é que os demais produtores não alcançavam volume compatível com a demanda mundial, e que o café brasileiro era fundamental na composição de *blends*, sendo um típico produto de consumo de massas. Sabedor de suas posições, os financistas internacionais em convênio com o governo brasileiro empreenderam uma série de intervenções no mercado, que levaram a este elevado nível de coordenação:

Gráfico 6 – Libra por Sacas de 60 kg. (Santos Tipo 4)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 88-98.

Exemplificando o que já fora dito anteriormente, temos abaixo um gráfico pontuando os momentos das intervenções brasileiras no mercado cafeeiro. A valorização de 1917-18 encontra resultado fantástico a partir da junção de fatores como a geada de 1918 e o eminente final da Guerra; já a intervenção de 1921-24 também pode ser considerada exitosa, dada as grandes safras verificadas e o (embora curto) elevado grau de recessão da economia americana em 1921, bem como a dificuldade de reconstrução do comércio europeu.

A Defesa Permanente, inaugurada em 1924, também sustenta os preços em patamar bem mais elevado do que teria ocorrido caso não tivesse sido implementada,

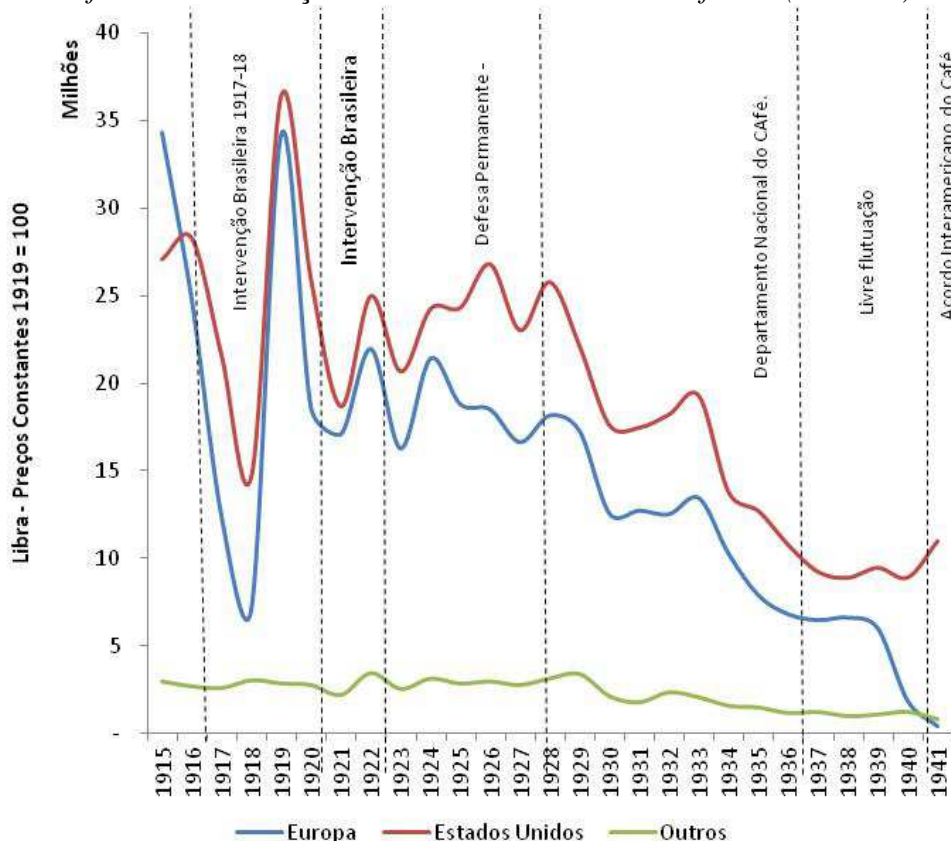
dados os crescentes estoques advindos do avanço da fronteira agrícola em São Paulo (FALEIROS, 2010) e correlata pressão baixista.

A partir da crise de 1929 e seus desencadeamentos que redundaram em uma grande depressão, os preços não mais retornaram aos níveis anteriores, embora o *quantum* exportado não tenha necessariamente se reduzido (vide gráfico número 02).

Nem mesmo o esforço do Departamento Nacional do Café, para a eliminação dos estoques indesejados, fora suficiente para a manutenção dos preços em moeda forte, situação que pioraria a partir de 1937, quando o governo brasileiro deixou de intervir no mercado buscando um acordo com os demais produtores mundiais.

Em certo, sentido a estratégia forçou um acordo entre os produtores e os EUA, que capitaneou o Acordo Interamericano do Café em 1941 até 1946.

Gráfico 7 – Intervenções brasileiras no mercado cafeeiro (1915-41)



Fonte: Elaboração Própria a partir de ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 88-98.

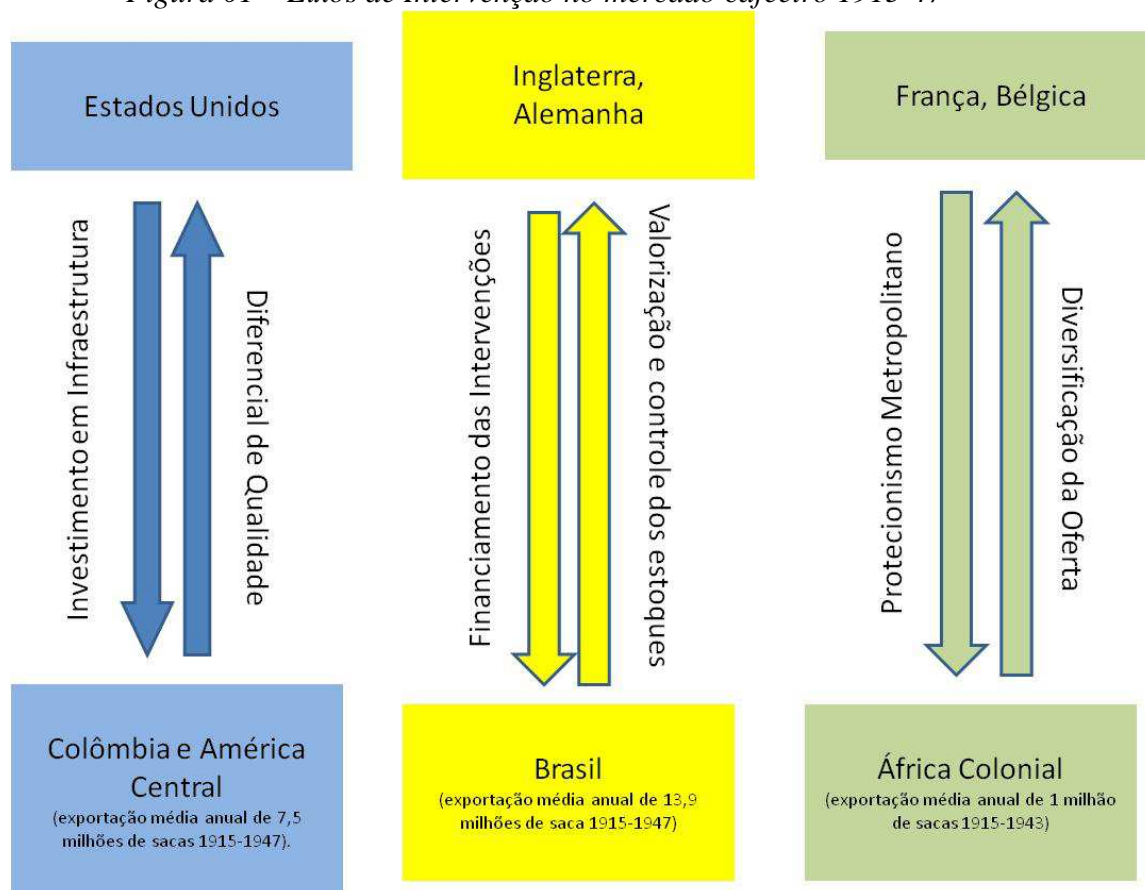
5) Considerações Finais:

Como vimos acima, as intervenções brasileiras ditavam a formação dos preços na economia mundial. Em que pese o fato de, do lado da oferta, termos o Brasil

respondendo por 50% a 60% da produção mundial, e, do lado da demanda, os EUA respondendo por cerca de 60% a 70% do consumo mundial no período em tela, o comércio mundial de café esteve distante de um mero arranjo entre ambos, o que só viria a acontecer em 1941.

Temos abaixo uma figura síntese da argumentação que desenvolveremos nestas notas conclusivas:

Figura 01 – Eixos de Intervenção no mercado cafeeiro 1915-47



Fonte: Elaboração Própria

Tratando do eixo central da figura, o financiamento inglês, ao lado da infraestrutura logística e de transportes alemã¹² (suas ferrovias com conexões continentais e sua navegação fluvial, ao lado de companhias marítimas de grande capacidade, como a *Hamburg Südamerikanische* e a dinamarquesa *Maersk*, por

¹² A Alemanha é até hoje, em valores monetários, o maior exportador mundial de cafés verdes e isso se deve, sobretudo, à sua infraestrutura de transportes, tecnologia de armazenagem e inovações em demais serviços de armazenagem e financiamento, que se estabeleceram com a instauração das práticas ligadas às noções de porto livre e que se estenderam à manipulação e qualificação de produtos. Para o café essa liderança se firmou na montagem dos *blends* e consequente fixação de paladares da bebida, são hábitos que se generalizaram pela Europa e que muito influenciam os mercados na relação qualidade/preço, na mistura de diferentes qualidades e procedências, bem como na combinação de estoques velhos com grãos novos.

exemplo), pelo menos enquanto puderam funcionar a contento, antes da I Grande Guerra e entre 1924 e 1938.

O protagonismo dos alemães no mercado internacional de café proporcionava dois elementos importantes para a defesa brasileira: i) recursos para o financiamento dos estoques, bem como a sua infraestrutura (armazéns, transporte fluvial e ferrovias); ii) controle sobre a colocação dos cafés no continente europeu, particularmente após os acordos bilaterais com o III Reich. Em especial os capitais britânicos, representados pelo Banco *Lazard Brothers* em seu empréstimo ao estado de São Paulo que deu sustentação à Defesa Permanente, agiam diretamente na formação dos preços ao segurar a produção nos armazéns reguladores.

Embora o presente texto não tenha se debruçado sobre documentos relativos ao mercado cafeeiro a partir do Porto de Havre (França), o protagonismo dos franceses no mercado cafeeiro não era desprezível como se deduz da leitura do Gráfico número 07 no período de 1920 a 1939. Infere-se que outro circuito capitaneado pelo Porto de Havre devesse abranger a distribuição do produto na Península Ibérica e Norte da África (Argélia e Tunísia), ao passo que o circuito alemão se estendia pelo Leste Europeu, Rússia e Oriente Médio.

Como é destacado na literatura especializada sobre o tema (DELFIM NETTO, 1979) esta intervenção não estabeleceu controles efetivos sobre a formação de novas lavouras, sendo cada vez maior a necessidade de captação de novos empréstimos para a sustentação dos preços, em geral, britânicos¹³. Assim, forjava-se uma aliança hierarquizada entre a burguesia cafeeira brasileira, notadamente paulista, mas não somente, e a banca inglesa, dado que a elevação do preço das sacas garantia os meios de pagamento internacionais. O governo federal mantinha desde a Missão Montagu (1924) o compromisso com a manutenção da conversibilidade (FRITSCH, 1980), reforçando ainda mais as garantias para a banca inglesa e alemã.

A estratégia penalizava o consumidor final norte-americano, elevando o preço do café a patamares claramente artificiais. A resposta americana parece ter sido a de promover ofertantes alternativos ao Brasil, sobretudo Colômbia e países da América Central (eixo à esquerda na figura), com esforços significativos na melhoria de

¹³ Mas não somente. O estado do Espírito Santo, por exemplo, captou recursos junto ao Banco Ítalo-Belga, para a implementação do Serviço de Defesa do Café daquele estado em 1927.

infraestrutura de transporte destes países¹⁴, sendo o país sul americano um caso de destaque, como também grande esforço de publicidade, propaganda e pesquisa para a “construção” da superior qualidade destes grãos, aumentando a pressão baixista sobre a produção brasileira.

Esta estratégia foi amadurecendo paulatinamente após a Guerra dos Mil Dias e o Convênio de Taubaté, encontrando seu ápice na década de 1920 como resposta à defesa permanente dos estados produtores brasileiros. Como vimos acima, o aporte de recursos norte americano na Colômbia foi considerável neste período, dando vazão à exportação de capitais daquele país. É evidente que a Colômbia e a América Central não conseguiam isoladamente abastecer a totalidade do mercado americano, sobretudo o ordinário chão de fábrica, por isso, durante todo o período, os EUA mostram-se dependentes da produção brasileira financiada pela Inglaterra.

Já a estratégia franco-belga (à direita na figura) valeu-se de diferenciados artifícios para “quebrar” a valorização brasileira. Estes países, dois dos principais importadores mundiais, buscaram intensificar os seus respectivos sistemas coloniais em África¹⁵. A produção cafeeira neste continente fora crescente na primeira metade do século XX, sobretudo nos anos trinta, no âmbito dos acordos bilaterais nascidos das dificuldades de pagamentos internacionais derivadas do estilhaçamento do Padrão Ouro. Etiópia e Eritreia, outrora colônias italianas moveram-se como países independentes; a plêiade francesa era composta por Madagascar, África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa; assim como a belga era composta pelo Congo. Angola e São Tomé e Príncipe, embora colônias portuguesas sofressem poucas ações metropolitanas, mesmo sendo produtores listados no continente, e a própria Inglaterra, nos anos trinta, fomentou a produção na África Oriental Britânica (Quênia), numa clara manobra da *commonwealth*.

A produção africana, atingindo 2,5 milhões de sacas exportadas em 1938. A estratégia era dotar Havre (principal porto cafeeiro da França) de oferta alternativa àquela oriunda do Brasil e da América Latina, de elevados preços em função das intervenções e da propaganda. Contudo, parece ter sido insuficiente, em função do baixo volume produzido, e pelo fato de que as maiores potencialidades do continente

¹⁴ “Os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si”. (LENIN, 1979, 65).

¹⁵ “O capital financeiro acrescentou aos numerosos ‘velhos’ motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas ‘zonas de influência’ – isto é, pelas zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio, etc. – e, finalmente, pelo território econômico em geral”. (LENIN, 1979, 123).

africano estavam nos cafés da família *robusta* (também conhecido por *conilon*¹⁶), até então não muito difundidas.

Assim, o mercado cafeeiro no período em tela apresentava disputas entre três eixos, capitaneados entre Estados Unidos, França e Inglaterra, cuja *haute finance* constituía o coração do sistema, tendo no Brasil seu fiel vassalo¹⁷. Certamente, os diferenciais de preço auferidos pelas intervenções favoreceram sobremaneira os interesses daqueles grupos. Pelo lado norte americano, estava em jogo, para além da disputa com a primazia britânica neste ramo, a possibilidade de exportação de capitais para as periferias americanas: Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Venezuela, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e demais produtores americanos.

Aos franceses e belgas, o embate com a dominância anglo-germânica se dava pelo reavivamento de seus Impérios Coloniais. Contudo, as disputas soçobraram com a Segunda Guerra Mundial, momento no qual ingleses, alemães, franceses e belgas capitularam neste ramo a partir do Acordo Interamericano do Café em 1941, realizando o desiderato americano e sua dominância imperialista.

Maior esforço global de coordenação do mercado cafeeiro só viria a acontecer em 1959, com o Acordo Internacional do Café (AIC), incorporando produtores africanos e a interpretação possível é a de que no imediato Pós-II Grande Guerra o Brasil se desdobrou enormemente para a defesa de um preço aceitável capaz de articular reservas cambiais, montantes de entrada de divisas e taxa de câmbio – ambas as

¹⁶ O *Coffea Canephora* tem origem no Congo, possui alto teor de cafeína e é utilizado em *blends* juntamente com o *Coffea arábica*, oriundo da Etiópia. O continente Africano possui em Uganda e Costa do Marfim os seus maiores produtores, e 40% da atual produção africana hoje é desta família. O Brasil é o maior produtor de café *conilon* do mundo. O consumo do *robusta* tem se expandido em função do aumento da temperatura global, que afeta mais diretamente o café arábica deslocando-o para regiões de clima mais ameno – em especial aquelas providas de climas de altitude. Na composição dos *blends* o *conilon*, além da redução dos preços – uma vez que é um produto mais produtivo e consequentemente barato, que acrescenta volume aos lotes de cafés, é também responsável pela formação do aspecto espumado que se apresenta nas xícaras de café expresso imediatamente depois de coado e que passou a ser apreciado com a generalização dessa tecnologia de preparo da infusão que se faz simultaneamente sob calor e pressão.

¹⁷ “Os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo. Se atendermos à conta corrente de alguns capitalistas então parecerá que o banco se dedica apenas a operações puramente técnicas, unicamente subsidiárias. Porém, quando estas operações tomam uma extensão formidável, daí resulta que um punhado de monopolistas subordina a si as **operações comerciais** e industriais da sociedade capitalista em bloco; antes de mais, graças às ligações bancárias, graças às conta correntes e outras operações bancárias eles podem conhecer exatamente a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, controlá-los, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou entavando-lhes o crédito e, finalmente, determinar inteiramente a sua sorte, determinar os rendimentos das suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc.” (LENIN, 1979, 35). Grifo nosso.

variáveis dependentes da “conta café” – prerrogativas que não eram antagônicas aos interesses hegemônicos estadunidenses e tampouco dos negociantes locais de café que empreenderam a abertura de novos mercados fornecedores que tomaram a planta e o produto como civilizadores (BRAUDEL)

Como desdobramento do AIC acima citado, o Convênio Internacional celebrado em 1962 chegou a ter 67 membros: 42 exportadores e 25 importadores, que representavam 99,8% das exportações mundiais de café e 96,2% das importações (LAFER, 1973). A dominância americana fora implacável neste contexto.

6) Referências Bibliográficas:

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948
- ARTHMAR, Rogério. Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 97-117.
- BECKER. Ursula. *Kaffee-Konzentration: Zur Entwicklung und Organisation des hanseaticchen Kaffeehandels*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2002. (Beiträg zur Unternehmensgeschichte – Band 12).
- CPDOC. *Café*. Mimeo, s/d. disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAF%C3%89.pdf>. Acesso em 08/02/2017.
- COMÍN COMÍN, Francisco; MARTÍN ACEÑA, Pablo; MUÑOZ RUBIO, Miguel & VIDAL OLIVARES, Javier. (Orgs.). *150 años de historia de los Ferrocarriles Españoles*. V. I. *La era de las concesiones a las compañías privadas*. V. II. *La nacionalización de las redes Renfe y los ferrocarriles autonómicos*. S./L.: Fundación de los Ferrocarriles Españoles. S/D. (Anaya Grandes Obras).
- DELFIM NETTO, Antônio & ANDRADE PINTO, Carlos Alberto de. *O café do Brasil*. São Paulo: Ministério da Indústria e Comércio/ Instituto Brasileiro do Café, 1967. (Série Estudos ANPES nº3).
- DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do Capital. Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: Edusc; Fapesp, 2010.
- FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil. Estrutura e funcionamento do Serviço de Defesa do Café no Espírito Santo entre 1927 e 1930. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil. *Sistemas de Transporte e formações econômicas regionais*. Brasil e Argentina. Vitória: EDUFES, 2016, vol. 01.
- FRITSCH, Winston. 1924. Rio de Janeiro, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 10 (3), dez. 1980, p. 713-74.
- GRANER, E.A. GODOY JR., c. (ett all). *Manual do Cafeicultor*. São Paulo: Edusp. Editora Melhoramentos, 1967.

- KENWOOD. A.G. & LOUGHEED. A.L.. *Historia del desarrollo económico internacional*. Madrid: Ediciones Istmo, 1995.
- KEYNES, John M. *As Consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- KINDLEBERG, Charles P. *La crisis económica 1929-1939*. Barcelona: Crítica, 1985.
- LAFER, Celso. O Convênio Internacional do Café. São Paulo, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, vol. 68, n. 02, 1973, p.285-340. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676/69286>
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- McNEIL, William C. *American Money and the Weimar Republic*. Economics and Politics on the eve of the Great Depression. New York: Columbia Univ. Press, 1986.
- MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo/Campinas, Unesp/Facamp, 2009.
- OCAMPO, José Antônio. O mercado mundial de café e o surgimento da Colômbia como um país cafeicultor. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 37, n.4, p 449-82, 1983.
- PENDERGRAST, Mark. *El Café. Historia de La semilla que cambió El mundo*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2002.
- PÉREZ TORO, José Alberto. *Economía cafetera y desarrollo económico em Colombia*. Bogotá: Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 2013.
- SAES, Maria Sylvia M. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1997.
- VILLELA, Aníbal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Brasília: IPEA, 2001. 3ª Edição.
- WENDEMUTH, L. & BÖTTCHER, W. (Orgs.). *The Port of Hamburg*. Hamburg: Meissner & Christiansen. 1932.